



Índice

- 01** Produtores rurais discutem demarcação de terras indígenas com senador Ruben Figueiró
- 02** Índios iniciam colheita da safra de grãos com apoio da Usina Mauá
- 03** Guarani Kaiowá de 15 anos é assassinado com tiro na cabeça
- 04** 1º médico indígena da UnB diz que se sentia 'estranho' entre intelectuais
- 05** Jardim Botânico de Cuiabá receberá Jogos dos Povos Indígenas
- 06** Unoeste - Medicina aborda saúde das populações negra e indígena
- 07** Acrissul debate demarcações de terras para indígenas
- 08** "Em lugar de flechas e bordunas, tem que usar palavras"
- 09** Projeto quer prioridade para agricultoras familiares na alimentação escolar
- 10** Liminar dá reintegração de posse a quilombolas
- 11** MPF investiga despejo de lixo em comunidade quilombola da Paraíba
- 12** Exposição retrata realidade Quilombola
- 13** Índio do AM vence barreira do idioma e vira enfermeiro para atuar em aldeia
- 14** PEC permite terra indígena a produtor rural
- 15** Indígena é encontrado morto em estrada vicinal de Caarapó
- 16** Magistério Indígena tem 1ª turma
- 17** Possível confronto entre fazendeiros e índios faz prefeitos de MS pedirem ajuda a Brasília



Produtores rurais discutem demarcação de terras indígenas com senador Ruben Figueiró

SÍTIO MIDIAMAX, 18.02.2013

O senador Ruben Figueiró, integrantes da diretoria da Acrissul (Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul), produtores rurais e lideranças do setor se reuniram na manhã desta segunda-feira (18) para discutir sobre a questão dos conflitos de terras indígenas no Estado. No centro da questão foi debatida a indenização na desapropriação das terras de produtores sul-mato-grossenses como forma de evitar o confisco e não como comercialização.

O objetivo, de acordo com Figueiró, é expor a situação dos conflitos de terras no Estado para futuramente discutir as estratégias de mobilização do setor. "O agronegócio não pode ser uma atividade tolhida pelos interesses diversos. Vejo a questão com preocupação e tenho o desejo sincero de que os produtores rurais obtenham tranquilidade para exercer suas atividades e de que ao índio seja destinada a terra que lhe é de direito para que ele também tenha paz para alimentar sua cultura e tradições. A pacificação dos espíritos, a meu ver, é o único caminho para equacionarmos as questões", afirmou.

Maria Lourdes Lopes Bacha, que teve a sua fazenda, Querência São José, invadida por um grupo de indígenas no último dia 5, participou do encontro. A produtora rural conta que os índios ainda permanecem em sua propriedade bloqueando a entrada principal e que no sábado (16) entrou com um pedido de reintegração de posse na Justiça. "Agora estamos aguardando a decisão. Numa envernada de 39 hectares, hoje os índios estão ocupando 15 hectares. Estamos com seguranças e com o apoio da Polícia Federal para que a área de invasão não seja expandida", disse. A Querência São José fica localizada ao lado da Aldeia Buriti, no município de Sidrolândia, a 65 km de Campo Grande.

Chico Maia enfatizou que o Estado possui uma dívida com o índio, porém não deva ser paga apenas pelo produtor rural e "sim dividida por toda a sociedade. Acreditamos que o índio não queria apenas terras, ele quer saúde, educação, etc".

Essa é a primeira reunião para debater a questão indígena e a Acrissul informou que mais encontros serão realizados.



Índios iniciam colheita da safra de grãos com apoio da Usina Mauá

SÍTIO AEN, 18.02.2013

Teve início neste mês a colheita das safras de feijão, milho e arroz nas oito comunidades que fazem parte do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá para a questão indígena. Desde o preparo do solo para o plantio, iniciado em outubro de 2012, o trabalho foi coordenado por uma equipe de antropólogos e engenheiros agrônomos contratada pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. O consórcio, formado pela Eletrosul e pela Copel, é responsável pela implantação da Usina, inaugurada pelo governador Beto Richa em dezembro de 2012.

São cerca de 340 hectares plantados nas oito terras indígenas: Mococa, Queimadas, Apucarantina, São Jerônimo, Barão de Antonina, Posto Velho, Laranjinha e Pinhalzinho. A expectativa é de que a produção alcance cerca de 80 toneladas, que serão utilizadas para o consumo das famílias e a formação de um banco de sementes, além da comercialização do excedente. O engenheiro agrônomo Gilberto Shingo, que coordena o trabalho, conta que a definição das culturas foi feita pelos próprios indígenas em oficinas realizadas em todas as comunidades.

Além da equipe que coordena o trabalho, o consórcio forneceu as sementes e contratou equipamentos e mão-de-obra, que incluiu pessoas das próprias terras indígenas. "Foram utilizados métodos orgânicos de produção agrícola com o objetivo de melhorar as condições de saúde e nutrição das famílias", acrescenta o agrônomo. Cada terra indígena formou um comitê gestor para acompanhar o trabalho e aplicar as orientações técnicas recebidas nas próximas safras.

O plantio faz parte do Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias. Além dele, o Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá inclui programas como o de articulação de lideranças indígenas, vigilância e gestão territorial, recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes, melhoria da infraestrutura, fomento à cultura e às atividades de lazer, monitoramento da fauna e da qualidade da água.

Exemplo

O Projeto Básico Ambiental da Usina Mauá é considerado por especialistas na questão indígena como um exemplo nos empreendimentos em energia elétrica. Ele foi constituído com base em estudos feitos por técnicos da área e muito diálogo com os indígenas, órgãos como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal.

O antropólogo Paulo Góes, que coordenou o trabalho, conta que o começo do processo foi conflituoso por conta da demora no processo de licenciamento da Usina e pelas dúvidas, por parte dos indígenas, sobre quais comunidades seriam abrangidas. O diálogo, segundo o antropólogo, só começou efetivamente com a realização das 34 oficinas nas quais foram explicados o projeto da Usina e o processo de licenciamento. Para isso, a equipe contou com o auxílio de professores bilíngües. As oito terras indígenas incluem pessoas das etnias guarani, kaingang e xetás.

CONT.



Uma das próximas ações do Consórcio dentro do Projeto Básico Ambiental da Usina Mauá será a entrega de tratores, vans, automóveis, motos e ambulância para as comunidades – veículos que serão utilizados no desenvolvimento dos programas. Os indígenas que serão condutores desses veículos já passaram por cursos de habilitação.

Serão construídos também barracões, escritórios e salões de festas. Daqui pra frente, todos os programas do projeto estarão em andamento, contando com o apoio de antropólogos e engenheiros agrônomos por um período de cinco anos.

“Nossa expectativa é muito positiva, mas temos que levar em consideração as diferenças que existem entre as etnias e, ainda, aquelas entre as próprias comunidades, pois cada uma tem uma organização interna muito própria”, complementa o antropólogo.



Guarani Kaiowá de 15 anos é assassinado com tiro na cabeça

SÍTIO CIMI, 18.02.2013

O Kaiowá Denilson Barbosa, de 15 anos, morador da aldeia Tey'ikue, foi encontrado morto no domingo, 17, no município de Caarapó (MS), em uma estrada vicinal a sete quilômetros do perímetro urbano da cidade, com um tiro na cabeça. Segundo relatos de testemunhas, Denilson e outros dois indígenas estavam indo pescar no sábado, 16, quando foram abordados por três pistoleiros ligados ao proprietário e arrendatário de uma fazenda vizinha à terra indígena de Caarapó, onde foi criada uma reserva no início do século XX.

Os indígenas correram dos homens armados, mas Denilson acabou apreendido pelos pistoleiros e assassinado - segundo as testemunhas, além do tiro confirmado pela perícia criminal da Polícia Civil de Caarapó, o jovem Kaiowá levou mais um tiro na cabeça e outro no pescoço. Por questões de segurança, os nomes das testemunhas serão omitidos nesta reportagem.

Revoltados, familiares e moradores da aldeia enterraram o corpo de Denilson na fazenda onde ocorreu o assassinato, arrendada para a criação de gado e o monocultivo de soja. A comunidade também planeja realizar uma série de protestos para denunciar a ação violenta. Conforme o relato dos indígenas sobreviventes e as características da morte, os indícios apontam para execução.

Denilson, uma criança de 11 anos e outro indígena saíram no final de sábado para pescar no córrego Mbope'i, cuja nascente fica dentro da terra indígena, e que cruza fazendas do entorno. Quando se aproximaram de um criadouro de peixes, foram abordados por três homens armados. Os sobreviventes identificam os três indivíduos - entre eles, um paraguaio - como 'funcionários' de um arrendatário da fazenda.

Os três homens atiraram contra os indígenas, que saíram em fuga do local. Dois deles conseguiram se esconder. Denilson caiu e ficou preso no arame farpado de uma cerca. Os três homens, então, o pegaram e passaram a desferir coronhadas na cabeça e no estômago do Kaiowá, mandando que ele se levantasse. Segundo os sobreviventes, quando se pôs de pé, Denilson foi alvejado com três tiros: dois na cabeça e um no pescoço.

Fazenda evacuada

Os dois sobreviventes, ainda escondidos, viram, na sequência, os homens colocarem o corpo de Denilson na caçamba de uma caminhonete. Após a saída do veículo, os indígenas voltaram à aldeia para relatar o ocorrido à família. Impactado pela notícia, o pai de Denilson decidiu ir até a fazenda procurar o filho. Ao chegar ao local, conforme relatou, o pai do jovem assassinado não encontrou ninguém. A fazenda fora evacuada.

O corpo de Denilson foi encontrado por um caminhoneiro - segundo os indígenas, também funcionário de outra fazenda da região - que circulava pela vicinal, próxima à reserva, por volta das 5 da manhã de domingo, 17. Os indígenas acreditam que, após o assassinato, os pistoleiros desovaram o corpo de Denilson em uma estrada longe da fazenda, num entroncamento conhecido como "Pé de Galinha".

CONT.



Segundo a perícia criminal da Polícia Civil, Denilson foi encontrado com um tiro abaixo do ouvido. O laudo cadavérico do Instituto Médico Legal (IML), contudo, ainda não foi concluído. A Polícia já iniciou as investigações, mas não quis dar detalhes sobre o caso.

Segundo relatos, essa não foi a primeira vez que jagunços ligados ao fazendeiro atiraram contra os indígenas. Também, o problema da pesca é recorrente entre os Guarani e Kaiowá da Terra Indígena de Caarapó, onde vivem confinadas aproximadamente cinco mil pessoas em 3594 hectares de terra. Desde a criação do território indígena pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1924, os indígenas precisam pescar fora da área reservada, onde só há nascentes de córregos, mas não há peixes, sofrendo pressões e ataques de fazendeiros.

As reservas são áreas de confinamento - e depois da Constituição de 1988 uma categoria de terra indígena - criado pelo SPI durante o processo de espoliação dos Guarani e Kaiowá em decorrência da colonização do então Estado do Mato Grosso. O confinamento é apontado por especialistas como uma das principais causas dos suicídios e, conseqüentemente, da luta pela terra de ocupação tradicional travada pelos indígenas desde o início da segunda metade do século XX.



1º médico indígena da UnB diz que se sentia 'estranho' entre intelectuais

SÍTIO G1, 18.02.2013

Atikum deixou filho e emprego em Pernambuco para realizar sonho. Ele diz que 'sempre sobrava' em trabalhos e provas feitos em grupo.

O mês de fevereiro começou especial para uma aldeia do sertão de Pernambuco, a pouco mais de 400 quilômetros de Recife. Sete anos após deixar a família e a rotina que levava como professor, o atikum Josinaldo da Silva, de 35 anos, se tornou o primeiro indígena formado em medicina pela Universidade de Brasília (UnB). O diploma era um sonho antigo do nordestino.

"Em 2001 eu comecei a trabalhar como agente de saúde. Eu via o meu sofrimento, o sofrimento do meu povo, e pensava que poderia fazer muito mais. Só que eu não tinha condições de pagar o curso. Então pensei: faço matemática, aí uso o salário de contador para pagar um curso de direito e depois uso o salário de advogado para pagar medicina", explica.

A oportunidade, para a alegria de Silva, chegou bem antes. Cursando o terceiro ano de matemática, ele se inscreveu para uma das duas vagas oferecidas em medicina no vestibular indígena da UnB. A prova tinha 100 questões e foi realizada por cerca de 400 pessoas.

"Eram 50 perguntas de matemática e 50 de português. Na época eu fazia o curso e ainda dava aula particular, então acho que isso me ajudou bastante, me colocou em vantagem. Não fui o primeiro colocado, mas entrei. O importante é que deixei 199 para trás, não é?", brinca.

Segundo o indígena, a vinda para o Distrito Federal não foi fácil. Silva abriu mão de acompanhar as primeiras descobertas do filho, que na época tinha nove meses, e da vaga conquistada como professor em um concurso público. Para subsidiar os gastos dele na cidade, a Funai dava uma bolsa de R\$ 900 - nem metade do que ele ganharia se começasse no novo emprego.

Outros fatores que pesavam para o indígena eram a distância dos costumes da tribo e o preconceito. "É como se você tivesse algo alimentando sua alma e de repente isso parasse. Você tinha um laço, tinha um vínculo com a comunidade, com o seu povo. Com 15 dias, tinha pessoas quase em depressão. A gente sofreu muito, também por falta de aceitação. O colega que entrou no curso comigo não aguentou e acabou se suicidando."

Em sala de aula, nem sempre a situação ficava melhor. Silva conta que alguns colegas o procuravam e se dispunham a ajudá-lo caso ele tivesse alguma dificuldade com as disciplinas. Ainda assim, ele nunca tinha com quem fazer trabalhos de grupo ou provas em dupla.

"Eu me sentia como elemento estranho que estava no meio dos intelectuais, talvez até num local indevido", lembra. "Eu não conhecia ninguém, fora que tinha pouca noção do curso. A sociedade se diz incluyente, mas continua excluyente. É um caso raro um índio entrar na universidade e conseguir chegar ao final com êxito. Tem turmas que não nos incorporam mesmo. Teve até caso de colega em outras instituições sendo barrado por colega no Enade com o argumento de que iam diminuir a nota da turma."

CONT.



Com a graduação concluída, Silva espera atualmente pelo resultado da prova de residência em Saúde da Família, feita no Hospital Regional de Planaltina. O indígena também deve começar a trabalhar em uma unidade de saúde no interior de Goiás. Depois de concluir o curso, ele volta para a aldeia.

"Volto para prestar serviço ao meu povo, que me indicou para vir para cá. Sabe, algumas vezes eu tive muito medo de que não desse certo e pensei em desistir, especialmente quando me sentia bastante sozinho. Mas eu acreditei que tudo que eu estava sacrificando valeria a pena, porque acho que vou poder contribuir bastante para a minha aldeia."

O diretor da Faculdade de Medicina da UnB, Paulo Cesar de Jesus, diz que a instituição prestou todo suporte possível ao indígena, especialmente nos primeiros semestres do curso, quando ele chegou a reprovar em algumas disciplinas. O professor afirma que a conquista de Silva é motivo de comemoração para toda a comunidade acadêmica.

"A gente fica muito satisfeito porque isso faz parte de um complemento de uma dívida histórica com a comunidade indígena. Um dos papéis da universidade pública é fazer a inclusão social. Agora, fica a expectativa de que ele realmente volte para a comunidade dele e a ajude, já que ele, melhor que qualquer um, conhece as tradições e a cultura do povo dele."

Atualmente a UnB tem 53 estudantes indígenas. De acordo com a universidade, 90 alunos ingressaram na instituição por meio de um convênio firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2004.

Convênio

Atualmente o vestibular indígena oferece dez vagas por semestre nos cursos de agronomia, ciências biológicas (licenciatura/bacharelado), medicina, ciências sociais, engenharia florestal, nutrição e enfermagem. As provas acontecem em cidades do Acre, Amapá, Amazonas e Roraima.

"Olhar a lista das cidades onde acontecem a seleção foi um fator essencial para eu decidir prestar UnB", diz Silva. "A gente não precisa se deslocar por grandes distâncias e gastar muito sem saber se vai dar certo, é a universidade que vem para onde a gente está."

Para ajudar na adaptação dos estudantes, a UnB oferece aulas de biologia, química, física, matemática e língua portuguesa. Diretor da Faculdade de Medicina, Paulo César de Jesus diz que a medida foi adotada diante da dificuldade que os indígenas tinham em áreas básicas.

"Alguns reprovaram nas disciplinas iniciais muitas vezes, então o decanato e as faculdades fizeram cursos de nivelamento. Também havia monitores para os acompanhar e ajudar a fazer trabalhos, além de acompanhamento direto, no caso da medicina, da coordenadora e da pedagoga do curso", afirma.

CONT.



Paralelamente, a Funai dá uma bolsa aos indígenas para que eles possam arcar com os custos de hospedagem, alimentação, transporte e apoio escolar. Segundo o órgão, ano passado foram investidos R\$ 429.235,96 mensais para 1.069 indígenas.

A Funai também mantém parcerias semelhantes com as universidades federais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Roraima, Santa Catarina, São Carlos e da Grande Dourados. Também há acordos com as estaduais de Feira de Santana, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com os institutos federais do Espírito Santo e de Minas Gerais, além da PUC de São Paulo, Universidade Católica Dom Bosco, Anhanguera, Centro Universitário da Grande Dourados e Universidade do Oeste de Santa Catarina.

De acordo com a instituição, o primeiro convênio foi firmado em 2000, com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), para oferecer licenciatura intercultural para os povos indígenas. Já o mais recente foi estabelecido com o Instituto Federal do Espírito Santo no ano passado.

Atikuns

Um levantamento feito pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, subordinada ao Ministério da Saúde, apontou a existência de 7.924 membros da tribo. A aldeia fica na Serra do Umã, no sertão pernambucano, e tem um raio de aproximadamente 20 quilômetros. A base da economia dos indígenas é a agricultura. Eles moram em casas de alvenaria e falam português.

"A nossa língua se perdeu há cerca de 150 anos. Acho que tem só umas 50 expressões ainda mais conhecidas", explica Silva. "Por exemplo: sarapó, que é cobra grande e comestível, jiboia."

Inicialmente nômades, os atikuns já passaram por Alagoas, Ceará, Sergipe e vários pontos de Pernambuco até chegar à serra. A vida no local, de acordo com o indígena, é "bastante difícil".

"Chove apenas três meses do ano, quando chove. É bastante difícil", diz. "Você mora na aldeia, mas a aldeia não tem tudo. Você precisa ir à cidade para comprar, vender ou trocar coisas que você não consegue produzir."



Jardim Botânico de Cuiabá receberá Jogos dos Povos Indígenas

SÍTIO DIARIODECUIABA, 18.02.2013

Com a meta de assegurar a todos os atletas participantes e aos visitantes plena integração com o meio ambiente, a 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas já tem lugar definido para sua realização. O evento, que acontece a cada dois anos e deverá ser disputado em agosto de 2013, terá como palco o Jardim Botânico, na comunidade Sucuri, em Cuiabá, capital do Mato Grosso.

A definição do espaço, com a estrutura que envolve instalações como arena dos jogos, alojamento das delegações indígenas e feira de artesanato, foi acertada pela direção do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ICT) e por membros das secretarias de governo do estado.

"A estrutura escolhida, primordial para a realização dos Jogos, é bastante adequada", elogiou o coordenador de Cultura e Esporte Tradicional Indígena, Carlos Terena. Para ele, Mato Grosso é um celeiro de diversidade cultural indígena que merece ser aproveitado. "Aqui é propício para os Jogos, pois pouca gente conhece essa diversidade e o evento se propõe a mostrar a essência da cultura étnica", afirmou.

Carlos Terena destacou o conceito dos Jogos Indígenas: "O objetivo é a integração das tribos, assim como a celebração das vivências como forma de resgatar a identidade cultural dos povos". Durante encontro em Cuiabá, foram relatadas pelo ICT todas as diretrizes que envolvem o caderno de encargos e apresentadas as ações que envolvem os preparativos do evento. Também foram discutidas as competências de cada equipe da comissão de trabalho.

Tradição - A proposta para a edição de 2013 é reunir índios representantes de cerca de 40 etnias nacionais. As delegações disputarão dez modalidades esportivas e tradicionais presentes no cotidiano das aldeias. Arco e flecha, corrida de tora, natação, canoagem e arremesso de lanças são algumas delas. "Trata-se de uma tradição iniciada por nossos ancestrais, transmitida e atualizada de geração em geração, respeitando os valores e adquirindo o dom da partilha do reencontro entre parentes", definiu Terena.

Os Jogos Indígenas deverão reunir mais de 1.400 atletas. A edição será organizada pelo Comitê Intertribal Indígena e pelo Ministério do Esporte, com apoio do Governo do Estado, Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Seel), Prefeitura Municipal de Cuiabá e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



Unoeste - Medicina aborda saúde das populações negra e indígena

SÍTIO PLANETAUNIVERSITARIO, 18.02.2013

A partir dos determinantes sociais de saúde e com uma reflexão sobre a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2012, o curso de Medicina da Unoeste acrescenta no Plano Pedagógico conteúdo voltado à saúde da população negra e indígena de Presidente Prudente. O assunto "Relações étnico-raciais – saúde da mulher negra e indígena" será trabalhado pela professora doutora em Letras, Édima de Souza Mattos, junto aos acadêmicos do 1º ao 5º termos que integram o Programa de Aproximação Progressiva à Prática (Papp). Um dos coordenadores do Papp, professor doutor Alex Wander Nenartavis, explica que os determinantes sociais sugerem que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde. Sobre a SIS 2012, ele conta que foram extraídas diversas informações que os levaram a refletir sobre o conteúdo acrescentado na disciplina, como, por exemplo, a estatística que aponta que filhos de mães negras apresentam maior risco de adoecer e de morrer, em relação aos filhos de mães brancas. Outro dado mostra que a expectativa de vida da população negra é sete anos menor do que a branca.

De acordo com o coordenador, a partir dos estudos e na esteira da Política Nacional de Humanização (PNH), (HumanizaSUS), "a equipe do Papp, estimulada pela coordenação do curso, busca estratégias que efetivem a equidade na atenção à saúde da população negra no município, a serem implantadas este ano nas unidades de Estratégia Saúde da Família (ESFs)". Segundo ele, os discentes serão capacitados para atuarem como multiplicadores de informações para os profissionais de saúde nas unidades. "O objetivo é que haja mudanças de atitude frente aos problemas enfrentados por essa população em nosso município".

O doutor explica que serão estimuladas práticas de promoção e educação em saúde para a população, possibilitando melhoria no acesso ao Sistema de Saúde. Também serão desenvolvidas ações voltadas à população privada de liberdade, onde será abordada a situação da região. "Essas pessoas tendem a requerer mais assistência médica, pois tem maior risco de adoecer, além de o ambiente prisional contribuir para a proliferação de doenças", explica. Nenartavis frisa que todas as populações vulneráveis serão alvo de estudos e investigações científicas. A ideia, segundo ele, é colocar em prática o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), que sugere dar mais a quem mais precisa.

Para a professora doutora Édima de Souza Mattos, que atua como representante estadual da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania voltada à população negra, essa nova demanda de um ensino democrático solicita um olhar mais concreto para todas as etnias. "Sempre houve esse olhar, mas agora é com mais acuidade e preocupação. Atentos a todas as etnias formadoras do povo brasileiro, em todos os seus aspectos, estamos olhando para o país". Relata que são ações participativas, políticas afirmativas e de desenvolvimento. Ela lembra que o último censo revelou que mais de 50% da população brasileira são afrodescendentes.

Ela enaltece a iniciativa da graduação e afirma ser um ganho para a sociedade em si, em especial para a comunidade negra no cenário nacional. Discorre que o objetivo é conscientizar sobre a saúde da população negra, com ênfase na mulher.

CONT.



“Eu tenho um conhecimento muito profundo sobre o negro em todos os aspectos. Agora, trabalhar essa questão da saúde da mulher negra é um grande avanço para a nossa universidade e também para outras instituições”, afirma.

Como representante estadual da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, ela conta que estará em São Paulo, no Palácio do Governo, relatando as ações que Presidente Prudente desenvolve, e destacará em especial a iniciativa da Unoeste. “Eu posso não só citar os dados de IBGE sobre a saúde da população negra, mas como também tenho relatos pessoais por ser professora e ser negra. Não tem como separar as duas coisas. Isso para mim é com muito carinho, pois falo com conhecimento de causa, até pelos meus pais e avós”.

Com apoio da coordenação e direção do curso, a professora revela que pretende desenvolver o projeto de iniciação científica junto aos alunos do Papp para levantar o perfil da saúde da mulher negra no município de Prudente. “Nossos discentes terão uma realidade que eles não conheciam e vão trabalhar junto à periferia com um olhar concreto sobre a saúde desta mulher”, finaliza.



Acrissul debate demarcações de terras para indígenas

SÍTIO MSNOTICIAS, 18.02.2013

A Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) reuniu prefeitos, produtores rurais e o senador por Mato Grosso do Sul, Ruben Figueiró, para debater as consequências das invasões e as ações de demarcação de terras para indígenas no Estado. Para o presidente da Acrissul, Francisco Maia, há risco de confronto entre indígenas e produtores rurais na região do Cone Sul, provocando insegurança jurídica no campo e reduzindo as áreas disponíveis para a produção. Para Maia, não trata-se de combater a destinação de áreas para aldeias, mas sim de defender a produção agropecuária do Estado.

A advogada Luana Ruiz Silva fez uma breve explanação sobre o entendimento legal das ações da Funai visando a demarcação de reservas indígenas no Estado. Para ela, há entendimentos controversos dos próprios tribunais, o que dificulta uma decisão unânime sobre os casos concretos em Mato Grosso do Sul, principalmente sobre o que se refere ao marco temporal para avaliar se uma área pode ou não ser desapropriada por ser considerada indígena.

De qualquer forma, frisou ela, é preciso que se agilize o processo de indenização ao produtor, sem exageros por parte da Funai (Fundação Nacional do Índio). "O produtor não está vendendo suas terras e sim buscando uma alternativa para evitar o confisco", desfechou a advogada.

Para o prefeito de Iguatemi, José Roberto Felipe Arcoverde, a região do Cone Sul envolve uma população aproximada de 200 mil pessoas e "a desapropriação de terras do jeito que pretende a Funai constitui grave violação dos direitos humanos". Segundo ele, o Mato Grosso do Sul não pode transformar-se numa nova Raposa Serra do Sol, referindo-se ao caso do conflito entre produtores e indígenas em Roraima. "Só a mobilização dos produtores e das entidades pode evitar que isso aconteça", avaliou. Foi criado um consórcio da região do Cone Sul envolvendo 13 municípios atingidos por problemas gerados por conflitos com indígenas.

Durante o encontro o vice-presidente da Acrissul, Jonatan Pereira Barbosa, entregou ao senador Ruben Figueiró a cópia de um dossiê remetido em 2010 à Presidência da República, onde a associação fez um levantamento de 34 propriedades com 68,5 mil hectares disponíveis para negociação e desapropriação visando a criação de reservas indígenas. São cópias de escrituras, memoriais descritivos, certidões de matrículas e cartas dos proprietários autorizando a negociação.

O senador Ruben Figueiró, que fez o pronunciamento de encerramento do encontro, considerou a situação em Mato Grosso do Sul "dramática". Segundo ele, a Constituição Federal precisa ser respeitada e a Funai não pode vir e simplesmente esbulhar essas propriedades, adquiridas de forma legal há mais de 100 anos. Segundo o senador, a Funai extrapola suas funções institucionais, incentiva as invasões, cria condições para fomentar o conflito e é preciso dar um basta nisso.

Para Figueiró, é preciso que a Câmara e o Senado avancem nas discussões sobre tirar da Funai o poder de arbitrar as demarcações e que isso passe a ser prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional.

"Em lugar de flechas e bordunas, tem que usar palavras"

SÍTIO ACRÍTICA, 18.02.2013

História em Quadrinhos narra a luta dos índios yanomami contra as ameaças à sua sobrevivência.

Foto: Odair Leal



Índigenas yanomami da aldeia Watoriki, localizada no município de Barcelos (AM), divisa com Roraima

A Hutukara Associação Yanomami (HAY) me enviou o PDF de um livro em quadrinhos lançado em novembro do ano passado contando a história recente dos yanomami. O trabalho, muito refinado e bem ilustrado, é assinado pelo pintor e quadrinista Sérgio Macedo, da Zarabata Books.

A publicação faz parte da série Povos Indígenas em Quadrinhos, que já retratou história de povos como kayapó e xavante. A HQ sobre os yanomami relata em 86 páginas a dramática batalha deste povo para se proteger da pressão e da opressão que lhe persegue há várias décadas: doenças, desmatamento, massacres, garimpo e desestruturação social.

Para quem acompanha (ou tem apenas curiosidade) a luta dos povos indígenas do Brasil e da Amazônia e gostaria de se aprofundar, o ideal seria recorrer às fontes originais (os próprios índios) ou a pesquisadores que dedicam sua vida a trabalhar junto a eles. Entre os yanomami, um dos mais conceituados é o antropólogo Bruce Albert, autor de várias produções sobre este povo.

CONT.



Mas, na falta de tempo ou de dificuldade de acesso a produções acadêmicas e literárias, o quadrinho de Sérgio Macedo veio em bom momento, sobretudo em um período de ameaças à sobrevivência dos yanomami, como é o caso da lei que pretende regularizar a mineração em terra indígena no país. A terra dos yanomami, como se sabe, é uma das mais (se não "a mais") desejadas pelas empresas de mineração. Em novembro de 2012 fiz uma reportagem especial sobre este assunto, que pode ser acessada em versão completa neste portal.

A diretoria da HAY me informou que a tiragem da HQ foi de 1.500 livros. Os livros estão à venda em São Paulo. Tentei obter mais informações com o autor, Sérgio Macedo, mas até o momento ele não me respondeu. Por enquanto, mais informações podem ser obtidas no site da revista O Grito.

O título deste meu texto é uma referência a uma fala de Davi Kopenawa que está na HQ. Acredito que ele se refere ao esforço que os yanomami estão empreendendo para lutar com as mesmas armas do "branco". Não é à toa que o quadrinho final traz imagens não apenas dos aspectos característicos do mundo e da natureza yanomami, mas também a tecnologia do mundo ocidental, como a internet e o notebook.

Neste documento em PDF, o leitor pode ler a história. As páginas foram fotografias pela própria Hutukara.



Projeto quer prioridade para agricultoras familiares na alimentação escolar

SÍTIO SECULODIÁRIO, 18.02.2013

Hoje 30% dos recursos são reservados para aquisição de produtos de assentamentos e comunidades tradicionais.

Em discussão no Senado, um projeto de lei quer prioridade para a compra de produtos de grupos de mulheres vinculadas à agricultura familiar, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Já aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PLS 680/2011, de autoria da senadora capixaba Ana Rita (PT), aguarda votação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em decisão terminativa.

Além disso, o projeto também determina que 50% do valor de compra de alimentos produzidos pela família rural individual devem ser efetuados em nome da mulher.

Hoje, a norma já reserva 30% dos recursos do PNAE para a aquisição de produtos provenientes de assentamentos da reforma agrária e de comunidades tradicionais, tanto indígenas quanto quilombolas.

Para parlamentares favoráveis ao projeto, como a senadora Ângela Portela (PT – RR), a medida está em sintonia com diversas outras ações, como a prioridade feminina em outras políticas sociais, bem como com a mudança nas famílias brasileiras, atestadamente cada vez mais chefiadas por mulheres.

Se aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, a proposta vai ao plenário da Casa. Não havendo recurso, a matéria vai direto para a Câmara dos Deputados.



Liminar dá reintegração de posse a quilombolas

SÍTIO VERMELHO, 18.02.2013

Uma liminar obtida pela Defensoria Pública de São Paulo garante a reintegração de posse a uma comunidade quilombola em Barra do Turvo (SP), no Vale do Ribeira, divisa com o Paraná.

A ordem também obriga a derrubada de cercas que foram erguidas pela dona de uma chácara vizinha e que impediam o ir e vir da comunidade para chegar a um reservatório de água.

A liminar foi pedida por Andrew Toshio Hayama e Thiago de Luna Cury e acatada no último dia 6 pela juíza Marcela Filus Coelho, da Comarca de Jacupiranga, que determinou ainda que, se necessário, haja auxílio policial, e fixou multa de R\$ 5.000 caso a passagem seja novamente obstruída.

A ação dos defensores busca a proteção do território quilombola por meio de usucapião por servidão de passagem – já que a comunidade, para chegar à fonte de água, precisa passar pela chácara vizinha.

Segundo a ação, há mais de 20 anos a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) deixou de usar um rio próximo à comunidade quilombola para abastecer a cidade de Barra do Turvo, substituindo-o por outra fonte. A estrutura abandonada, porém, passou a ser usada pelos quilombolas para levar água à comunidade, por meio de reformas e canalização feitas por eles próprios.

A comunidade se responsabilizou por preservar a qualidade da água e manter transitável o caminho ao reservatório, de cerca de 1 km. Mas, de acordo com a ação, no último dia 21/1 os moradores encontraram o trajeto bloqueado por uma cerca colocada pela dona da chácara Grão-Pará, também conhecida como "Pedra Branca", localizada em área originalmente quilombola. No dia 28/1, os quilombolas procuraram auxílio da Defensoria, levando um abaixo assinado.

Ação

Os defensores fundamentam a ação no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que garante a propriedade definitiva aos remanescentes de comunidades quilombolas, mesmo que ainda não tenha sido feita a regularização fundiária.

Outro fundamento jurídico mencionado é o decreto nº 4.887/2003, que em seu artigo 2º define como remanescentes das comunidades dos quilombos "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

CONT.



A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Brasil em 2004, também embasa a ação, que aponta o compromisso assumido pelo governo a adotar "as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse".

Quilombo

Com história ainda incerta, o quilombo do bairro Ilhas tem suas raízes provavelmente no início do século XX, formado a partir da compra de uma área por Raymunda Correa de Freitas, filha da escrava Izidora Correa de Freitas. Descendentes de escravos teriam deixado a cidade de Iguape por dificuldades de subsistência e migrado para Barra do Turvo.

Em um século de existência, segundo o Defensor Andrew Toshio, a comunidade originalmente instalada foi reduzida drasticamente, a 12 famílias e um território de 25 hectares, devido a grilagens, invasões, expulsões e até violência por parte de não quilombolas.

Recentemente os moradores constituíram uma associação e passam, agora, por um processo de reconstrução de sua história e reconhecimento como comunidade quilombola, segundo Toshio. Também será feito pedido à Fundação Cultural Palmares, pela Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), para que seja atestada a existência da comunidade.



MPF investiga despejo de lixo em comunidade quilombola da Paraíba

SÍTIO G1, 17.02.2013

Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar suposta irregularidade. Lixo estaria causando problemas de saúde à população quilombola.

O Ministério Público Federal na Paraíba instaurou um inquérito civil público para apurar supostas irregularidades no despejo de lixo nas proximidades de uma comunidade quilombola localizada na cidade de Várzea, região da Borborema. O problema estaria sendo causado pela prefeitura de Santa Luzia, município vizinho. A abertura do inquérito ocorreu por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial da União na quarta-feira (13).

O inquérito civil público foi instaurado pelo procurador Marcos Alexandre Bezerra Wanderley de Queiroga, da Procuradoria da República de Campina Grande. Ele afirma na portaria que o despejo do lixo próximo ao Quilombo da Pitombeira estaria "causando graves problemas à saúde da população local".

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Paraíba (Incra-PB), 203 famílias vivem no Quilombo da Pitombeira. A área atualmente está em fase de estudo antropológico, etapa que antecede o reconhecimento oficial da União como remanescente de quilombo. Segundo Regina Lúcia Marques, que faz parte do setor de Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, o problema em Várzea já ocorre há alguns anos. "Fizemos inclusive algumas notificações, mas nada foi resolvido até agora", disse.

Regina afirmou que já esteve algumas vezes no Quilombo da Pitombeira e ouviu relatos dos moradores do local sobre o problema do lixo. "A comunidade toda sofre. A maioria das vezes que eu estive lá ouvi várias lamentações dos moradores", ressaltou a funcionária do Incra-PB.

A prefeitura de Santa Luzia admitiu que realmente coloca lixo nas proximidades do Quilombo da Pitombeira, mas disse que não está cometendo nenhuma irregularidade. Segundo o chefe de gabinete Maécio Medeiros, os resíduos são colocados em um terreno pertencente a administração municipal, recebendo o tratamento adequado. "Eles são colocadas dentro de valas e depois cobertos", afirmou.

Ainda de acordo com Maécio, na mesma área que está sendo usada como lixão a prefeitura de Santa Luzia vai implantar um aterro sanitário, que está com as obras em andamento e deve estar pronto para funcionar até agosto deste ano, que conta com a permissão da Sudema. O chefe de gabinete disse também que a prefeitura está tranquila com o inquérito do MPF. "Toda denúncia deve ser apurada, o papel do Ministério Público é investigar", pontuou.

O inquérito do MPF para apurar o problema no Quilombo da Pitombeira se originou em um procedimento administrativo aberto em 2012. De acordo com o procurador Marcos Alexandre, foram solicitadas informações ao Incra e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Também foi pedido que a Sudema e o Ibama realizem fiscalização no local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 029 / 2013

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

O caso começou a ser apurada após uma denúncia de um antropólogo professor da Universidade Federal de Campina Grande .A investigação pode ser concluída em até um ano.

Na semana passada o Incra reconheceu mais de 300 hectares de terra como áreas de comunidade quilombola na Paraíba. Os territórios estão localizados nas cidades de Riachão do Bacamarte, Quilombo Grilo; e Mogeiro, Quilombo Matão. Segundo o setor de Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra-PB, 28 processos de reconhecimento tramitam no órgão.



Exposição retrata realidade Quilombola

SÍTIO AVOZDACIDADE, 17.02.2013

RIO CLARO

Termina no próximo dia 28 a exposição "Cantos, tambores e saberes: as várias Áfricas do quilombo de Santa Rita do Bracuí", que pode ser visitada no Espaço Cultural Eletrobras Eletronuclear em Lídice.

O Espaço Cultural fica na Rodovia Saturnino Braga, nº 207, Centro. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, com entrada franca. A mostra é composta por objetos que retratam a cultura quilombola da região, como instrumentos musicais, artesanato e fotos.

O objetivo da mostra é divulgar os costumes dos quilombolas, permitindo que o visitante crie uma identificação com esta cultura. O objetivo também é aproximar a população das diversas expressões culturais que compõem o país. Essa realidade pode ser vista durante a exposição

A exposição faz parte das ações da empresa na 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A mostra é uma parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e também conta com apoio do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu, que reúne 16 comunidades quilombolas da região Sudeste.

O quilombo de Santa Rita do Bracuí existe desde o século XIX, quando ainda era chamado de fazenda. Atualmente, cerca de 120 famílias moram no local. Na exposição, moradores da própria comunidade estarão presentes para falar sobre a cultura quilombola.

Índio do AM vence barreira do idioma e vira enfermeiro para atuar em aldeia

SÍTIO G1, 17.02.2013

Jorge teve aulas de português e precisou morar em orfanato por quatro anos. 'Quero ajudar meu povo', disse indígena sobre voltar à aldeia Campo Alegre.



Jorge Luiz colou grau em janeiro e deverá voltar para a aldeia no Amazonas

O tikuna Jorge Luiz Rosindo, de 29 anos, é mais um indígena amazonense a concluir um curso superior e a retornar à aldeia de origem para desenvolver os conhecimentos adquiridos durante a graduação em benefício dos outros índios. Após receber aulas particulares de Língua Portuguesa e morar em um orfanato nos últimos quatro anos, Jorge colou grau em janeiro e é o primeiro amazonense a graduar-se em Enfermagem pelo Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica), em Goiás.

O registro no Conselho Regional de Enfermagem (Coren) foi intermediado esta semana pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), e a viagem para a aldeia Campo Alegre, localizada no município de São Paulo de Olivença, a 988km de Manaus, está prevista para este fim de semana.

CONT.



Jorge Luiz quer seguir o exemplo das tarianas Maria Rosineide Feitoza e Eufélia Lima, que se graduaram em Enfermagem em 2012 pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e optaram por exercer a profissão no Alto Rio Negro, onde vivem os indígenas tariano.

A meta do tikuna é realizar trabalhos relacionados ao uso de álcool pela juventude indígena de São Paulo de Olivença. "Foi o tema do meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e é um assunto sério, que tem comprometido a vida de muita gente dentro da aldeia", disse Jorge Luiz. "Quero ajudar o meu povo", justificou.

Início difícil

O caminho de Jorge Luiz até a faculdade começou no Seminário Teológico Evangélico da Tribo Tikuna, localizado em Benjamin Constant, a 1.116km de Manaus. Lá, ele foi incentivado por um pastor a fazer o vestibular em Anápolis.

O receio em deixar a aldeia e mudar-se para um local até então desconhecido por ele deixou o indígena apreensivo, mas a recompensa veio logo em seguida. Jorge foi aprovado em segundo lugar no vestibular e ainda recebeu uma bolsa de estudo integral para fazer a faculdade.

No início, a maior dificuldade foi com o idioma. Em Campo Alegre prevalece a língua tikuna e, a exemplo dos outros seis irmãos, Jorge tinha dificuldade de aprender, por conta do pouco contato com a população não indígena de São Paulo de Olivença. No entanto, com o reforço de uma professora de português goiana, o problema foi amenizado.

Enquanto estudava, Jorge precisou ser abrigado no Instituto Cristão Evangélico de Goiás e, após um ano e meio de curso, começou a fazer estágio no laboratório de um hospital em Anápolis.



PEC permite terra indígena a produtor rural

SÍTIO CORREIODOESTADO, 17.02.2013

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 237/13, em análise na Câmara, permite a posse indireta de terras indígenas por produtores rurais. A PEC acrescenta um parágrafo à Constituição para determinar que a pesquisa, o cultivo e a produção agropecuária nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios poderão ocorrer por concessão da União, tendo em vista o interesse nacional.

O texto prevê que os produtores rurais que explorarem esses territórios deverão se comprometer com o aproveitamento racional e adequado do terreno e de seus recursos naturais, sendo proibida a exploração das riquezas do solo, de rios e de lagos existentes. Os concessionários deverão ainda observar as regras relativas às relações de trabalho e também a convivência harmônica e pacífica com os grupos indígenas.



Indígena é encontrado morto em estrada vicinal de Caarapó

SÍTIO MIDIAMAX, 17.02.2013

O indígena Nildo Quevedo, 17, foi encontrado morto na noite de ontem (16), em uma estrada vicinal entre a aldeia Te'yikuê, onde reside e Amambai, no município de Caarapó. O local é conhecido como 'Pé de Galinha'.

No primeiro momento, os policiais acharam que a vítima teria sido atropelado, mas ao chegar no local encontraram Quevedo com um tiro no ouvido direito. Ainda não existe suspeitos e a polícia investiga o caso.



Magistério Indígena tem 1ª turma

SÍTIO DIARIODONORDESTE, 16.02.2013

Fortaleza. É muito mais do que a graduação em um curso superior: um capítulo na história da reafirmação indígena no Ceará. Ato pioneiro no Nordeste, 36 professores índios concluem, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), o Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (Mits), criado por iniciativa dos próprios índios Tremembé do distrito de Almofala, em Itarema, Zona Norte do Estado. Após seis anos de uma longa jornada de estudos e etapas para o reconhecimento no Conselho Nacional de Educação, a licenciatura intercultural abre novo passo no conceito de educação superior.

A ideia foi dos Tremembé. As lideranças da aldeia entendiam que por meio da educação que os valores culturais e sociais seriam transmitidos, ou melhor, mantidos pelas outras gerações. Mas o professor orientado nos bancos da pedagogia tradicional - com algumas exceções, carregada de vícios coloniais - não trazia as ferramentas necessárias para a manutenção dos saberes e fazeres. Foi aí que os índios de Almofala, com apoio de pesquisadores das próprias universidades, deram início a formação docente, embora já fossem professores nas escolas diferenciadas. E uma história muito interessante, foi o único curso no País criado dentro de uma aldeia indígena, comemora o professor doutor Babi Fonteles, pesquisador e coordenador acadêmico do curso que acompanha há muitos anos a luta dos povos indígenas pelo reconhecimento.

Mas o curso tem uma coordenação ampliada, contemplando representação indígena. Aliás, o corpo docente é formado, além de doutores da academia, por reconhecidas lideranças sociais e espirituais indígenas.

O cacique João Venâncio e o pajé Zé Caboclo, por exemplo, lecionam a disciplina "Saberes Tremembé do mar, do céu e da terra". São profundos conhecedores, por vivência, das ciências da natureza, além de grandes referências dentro da aldeia. O mestre Zé Biinha da disciplina de Artesanato Indígena, Agostinho Tucum trata da História Tremembé. Outros professores são pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, da estadual (Uece) e da Universidade Vale do Acaraú (Uva). As aulas tiveram início em 2006, e no ano de 2008, vencendo 12 de 49 etapas, o curso tem recurso para custeio disponibilizado pelo Programa de Apoio a Licenciatura Indígena, do MEC. O magistério Tremembé havia entrado no edital, concorrendo com outros do País, sendo aprovado em terceiro lugar. Em seguida, o outro passo foi a formalização do curso no Programa de Graduação da UFC, garantindo, assim, a colação de grau de 36 formandos no mês de março.

Mercado

Para onde irão os 36 graduados? Para onde nunca quiseram sair. Isso porque a proposta desse magistério não é absorção em mercados, mas garantia de mais conhecimento (o que, teoricamente, deveria ser o primordial de qualquer curso superior) na transmissão do saber nos aldeamentos indígenas. Formar lideranças no âmbito da escola para fortalecer o movimento indígena.

CONT.



"A primeira coisa a se entender é que em educação diferenciada indígena não se fala em mercado. Uma das razões e o critério para a seleção dos candidatos: o primeiro é ser índio Tremembé, o segundo já atuar em uma das seis escolas das localidades indígenas, e o terceiro critério é ter o nome aprovado pelo conjunto da comunidade. Como se vê, é um vestibular mais difícil que o Enem", compara Fonteles.

Os professores graduandos comemoram mais essa etapa na história Tremembé. "Pra mim tem uma importância enorme, pois o curso fez com que nos reconheçêssemos mais a cada dia. É com essa formação que buscamos ir mais a fundo nas nossas histórias, fortalecendo nossa educação, nossas escolas. Tudo isso fez com que a própria comunidade tenha mais credibilidade nos professores, porque estamos buscando a nossa formação. A importância não é só na educação, mas em todos os sentidos, porque a comunidade inteira se espelha na gente", afirma Getúlio Tremembé, um dos 35 concludentes.

A colação de grau se dará na Concha Acústica da UFC, em Fortaleza, no dia 6 de março. Os 36 índios professores receberão o diploma 40 anos após uma apresentação cultural de seus ancestrais naquele mesmo espaço, quando menos se sabia de onde estavam e quem eram os índios do Ceará.

Pioneiros

36 Índios Tremembé serão diplomados após seis anos de curso de magistério intercultural. É a primeira graduação nessa modalidade no Nordeste



Possível confronto entre fazendeiros e índios faz prefeitos de MS pedirem ajuda a Brasília

SÍTIO MIDIAMAX, 16.02.2013

Os prefeitos da região Sul do Estado encaminharam documento pedindo ajuda do presidente da Câmara, do Senado e da Presidente da República para resolver a questão da demarcação de terras indígenas. O apelo tem como foco o clima de 'extrema tensão' que pode resultar em conflito armado entre brancos e índios. Entidade de classe de Estado vizinho denuncia que o impasse está ocasionando invasões desenfreadas, possivelmente comandadas por Ongs com interesses 'escusos'.

Representantes das cidades de Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Itaquirá, Naviraí, Amambai, Tucuru, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Juti e Aral Moreira 'suplicam' ao Governo Federal, o apoio na resolução das demarcações. Para eles, a forma não transparente como vem sendo conduzido o processo de demarcação, têm colocado os cerca de 214 mil habitantes da região sul em clima de insegurança, provocando 'um ambiente de resultado imprevisível'.

"Antes de ser fazendeiro ou índio, somos todos brasileiros. A gente tem medo do que pode acontecer. É perigoso, complicado e precisamos da ajuda dos nossos parlamentares e representantes para encontrar uma saída. A gente tem muito medo do que pode acontecer. Precisamos definir porque esse é um problema sério em 26 municípios do nosso Estado", declarou o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde.

A região Sul de MS faz fronteira com o Paraguai e é cenário constante de conflitos entre indígenas da etnia Guarani Kaiowá e fazendeiros. De um lado os índios querem a confirmação da homologação das terras e de outros os latifundiários exigem, no mínimo, o ressarcimento pelas terras desapropriadas e não somente o pagamento pelas benfeitorias.

Segundo documento, redigido no último dia 5 de fevereiro de 2013 na cidade de Iguatemi – distante a 466 km de Campo Grande, a situação entre fazendeiros e índios teria se agravado com a publicação no Diário Oficial da União, em janeiro de 2013, do Resumo de Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Iguatemipegua I.

Segundo o estudo, conduzido pela antropóloga Alexandra Barbosa da Silva, o espaço territorial à margem esquerda do rio Iguatemi está reconhecido como terra indígena tradicional Guarani Kaiowá, das famílias kaiowa dos tekoha Pyelito e Mbarakay. São 1.793 índios que vão ocupar a área de 46 fazendas, pertencentes a produtores da região há cerca de 40 anos, que segundo o estudo, 'são os responsáveis pela exclusão territorial indígena e degradação ambiental'.

A publicação é o primeiro passo para a homologação da terra indígena. Os produtores rurais têm 90 dias para questionar o estudo ou parte dele.

CONT.



Produtores rurais

O documento assinado pelos prefeitos pede 'Justiça', pois acredita que as ações para as demarcações não tem razoabilidade e destroem regiões consolidadas pelo trabalho, sem indenizar os produtores.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado chegou a provar uma emenda ao orçamento da União para 2013, que destina R\$ 100 milhões para indenização de propriedades desapropriadas para abrigar terras indígenas. Entretanto, não basta reservar o dinheiro, é preciso uma emenda constitucional para permitir o pagamento pela terra e essa é uma nova batalha dos produtores e entidades de classe, junto ao legislativo.

Ainda assim, o pagamento resolveria os conflitos iminentes a curto prazo, uma vez que muitos produtores não aceitam a ideia de deixar sua terras, mesmo sendo indenizados pela terra e pelas benfeitorias.

Para o prefeito de Iguatemi, as tentativas de inclusão junto aos povos indígenas têm sido falhas. O documento cita que as terras demarcadas estão há décadas abandonadas de infraestrutura e tecnologia, favorecendo o crescimento de bolsões de misérias, criados por políticas desastrosas.

Conflito

Na cidade de Paranhos – distante a 477 km de Campo Grande, terras na região do Arroyo Corá haviam sido homologadas pelo governo Lula em 2009. No entanto, a homologação foi questionada na Justiça pelo dono da fazenda Iporã – uma das 15 que estão na área homologada de 7.175 hectares. Uma liminar suspendeu a homologação e a questão aguarda solução final, nas mãos do STF (Supremo tribunal Federal).

Em 2012, a indefinição resultou em conflito armado entre índios e fazendeiros que culminou com a morte de um bebê e o desaparecimento do indígena Eduardo Pires, 50.

Divisa

Um documento elaborado no dia 4 de fevereiro, pelo presidente da Federação de Agricultura do Paraná, Ágide Meneguette, endereçado à presidente Dilma Rousseff, afirma que as invasões no sul de MS estão ultrapassando fronteiras.

Segundo Meneguette, uma invasão teria iniciado em agosto de 2012, na divisa com Mato Grosso do Sul, com o fechamento da ponte Ayrton Sena, entre Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS). Ele conta que cerca de 1.300 índios teriam vindo clandestinamente do Paraguai e de outros Estados, sob argumento da Funai (Fundação Nacional do Índio) de são territórios históricos de ocupação indígena.

CONT.



Na avaliação do presidente da federação paranaense, a solicitação feita pelos índios é descabida e conta com apoio da Funai, 'gerando situação de confronto que pode ser explosiva'.

"Produtores rurais e suas famílias estão sendo ameaçados pelos invasores e com a interveniência do órgão federal, criou-se um clima de insegurança jurídica e medo de violência", diz trecho do documento.

Meneguetti denuncia que o 'deslocamento' estaria sendo incentivado por Ongs com interesses escusos, as quais estariam recrutando cidadãos paraguaios para se passarem por índios, atraídos pelas benesses do Governo brasileiro, como a distribuição de cestas básicas. Além disso, alguns desses paraguaios estariam sendo reunidos para trabalhar no narcotráfico e tráfico de armas.

No documento encaminhado à Presidente Dilma, Meneguette pede a retirada dos índios e afastamento de funcionários da Funai, destacamento da Polícia Federal para coibir a entrada ilícita de índios paraguaios e de outros Estados, a conversão em ato normativo do acórdão que discutiu a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e o estabelecimento de uma nova política indigenista.

Índios

Dados do Cimi (Conselho Missionário Indigenista) revelam que entre 2003 e 2010, mais de 250 índios morreram assassinados. Contudo, não há confirmação de que as mortes tenham relação direta com o conflito agrário.

Relatório do Dsei/MS (Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul) apontam que entre 2000 e 2011 foram registrados 555 suicídios entre jovens kaiwá-guarani (com idade entre 15 e 29 anos).

Estudiosos garantem que os suicídios dos Guarani Kaiowá vêm acontecendo em diversas comunidades dessa região e que a decisão extrema de acabar com a própria vida tem relação direta com a falta de perspectiva e a frustração com problemas cotidianos, que se confundem com a morosidade do problema fundiário.

A reportagem entrou em contato com a Funai em Ponta Porã – distante a 346 km de Campo Grande, para obter dados atualizados das taxas de mortalidade na região do Conesul, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.